

Superior Tribunal de Justiça

RECLAMAÇÃO Nº 39.023 - PB (2019/0297308-6)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
RECLAMANTE : UNIMED JOÃO PESSOA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
ADVOGADOS : HERMANO GADÊLHA DE SÁ - PB008463
GABRIELLA TORREAO DE MENEZES - DF041688
RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
INTERES. : MARCONI CHIANCA

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de reclamação, com pedido de liminar, apresentada por UNIMED JOÃO PESSOA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO contra acórdão proferido pela Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba que deu parcial provimento à apelação interposta pelo ora reclamante, reformando a sentença que havia julgado procedente o pedido inicial.

O acórdão foi assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS. IRRESIGNAÇÃO RECURSAL. PLANO DE SAÚDE. REAJUSTE DAS MENSALIDADES EM FACE DE MUDANÇA DE FAIXA ETÁRIA. CONTRATO FIRMADO EM 1995. CLIENTE QUE SOMENTE COMPLETOU 60 (SESSENTA) ANOS DE IDADE EM 2010. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA FIRMADO EM SEDE DE RECURSOS REPETITIVOS. AUMENTO EM PATAMAR DESARAZOÁVEL. ABUSIVIDADE EVIDENTE. REDUÇÃO. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. PRESCRIÇÃO TRIENAL. VERBAS DE TRATO SUCESSIVO. PROVIMENTO PARCIAL.

O Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do julgamento do REsp 1.568.244/RJ, cuja relatoria coube ao Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, consolidou o entendimento de que a previsão de reajuste de mensalidade de plano de saúde (ou prêmio de seguro-saúde) em decorrência da mudança de faixa etária de consumidor idoso não configura, por si só, cláusula abusiva, devendo sua compatibilidade com a boa-fé objetiva e a equidade ser aferida em cada caso concreto.

Superior Tribunal de Justiça

O fato de, no caso específico dos autos, poder ser aplicado o reajuste por mudança de faixa etária para o Autor, não implica dizer que não se deva observar os princípios basilares do ordenamento jurídico e do sistema de proteção ao consumidor, mormente, os da isonomia, da proporcionalidade e da continuidade do contrato. Nessa senda, um contrato de adesão, nos moldes do que foi formulado entre as partes, não pode fixar um percentual fixo de aumento por mudança de faixa etária sem levar em conta o perfil sócio-econômico do cliente, sob pena de criar distinções inaceitáveis, na medida em que tratam todos os perfis de consumidores como se tivessem o mesmo padrão de vida, quase que impondo, ao cliente idoso menos abastado, uma saída compulsória do Plano de Saúde, justamente, na fase da vida em que mais necessitará, esquecendo-se ou dando-se pouca importância a todo o período, em que, por ter idade menos avançada, contribuiu sem fazer uso de forma mais assídua da assistência médica ofertada pela operadora do Plano de Saúde.

O Superior Tribunal de Justiça, ao examinar os RESPs 1.360.969/RS e 1.361.182/RS, submetidos ao rito dos Recursos Repetitivos, fixou a tese de que a relação jurídica estabelecida entre as partes é de trato sucessivo, com renovação periódica e automática da avença, tendo em vista tratar-se de Ação Revisional de Cláusula Contratual em que se discute a legalidade do aumento das mensalidades de Plano de Saúde em decorrência da mudança de faixa etária. Logo, não há falar em prescrição de fundo de direito como sustentado pela Recorrente, devendo-se reconhecer que serão passíveis de cobrança as quantias indevidamente desembolsadas nos 03 (três) anos que precederam à propositura da Demanda.

Segundo firmes precedentes jurisprudenciais a repetição do indébito deve se dar na forma simples, quando, embora reconhecida a abusividade do credor, não restou demonstrado que agiu de má-fé.

Tal acórdão foi objeto de recurso especial interposto pela parte reclamante, o qual, após ser inadmitido com base em tese firmada em recurso especial repetitivo (Tema 952, REsp 1.568.244/RJ), ensejou a interposição de agravo interno, desprovido, e embargos de declaração, não conhecidos.

Em suas razões, alega a reclamante que "(...) o acórdão ora impugnado PREESTABELECEU UM PATAMAR DE REAJUSTE DE 20% SEM QUE FOSSE REALIZADO QUALQUER CÁLCULO ATUARIAL PARA TANTO" e,

Superior Tribunal de Justiça

dessa forma, "(...) ignorou completamente a determinação quanto à necessidade de aferição de patamar razoável, através de cálculos atuariais a serem realizados em sede de liquidação de sentença, mantendo a nulidade da cláusula" (e-STJ, fl. 10).

Pugnou pela "suspensão do processo no qual se originou a decisão reclamada, de modo a evitar dano irreparável ocasionado pelo trânsito em julgado do acórdão" (e-STJ, fl. 11).

É o relatório.

Passo a decidir o pedido liminar.

Para o deferimento do pedido de suspensão da decisão exarada pela autoridade reclamada, imprescindível a demonstração conjugada dos dois requisitos autorizadores de sua concessão, quais sejam, o *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*.

Em juízo perfunctório, próprio deste momento processual, não vislumbro a ocorrência de *periculum in mora*, já que não há nos autos qualquer comprovação do perigo de dano, o que, por si só, impede a concessão da medida requerida.

Ante o exposto, indefiro o pedido liminar, admitindo, todavia, o processamento da reclamação.

Comunique-se, com urgência, à autoridade reclamada acerca da presente decisão, solicitando informações a serem prestadas no prazo de 10 (dez) dias (RISTJ, art. 188, inciso I).

Após, cite-se a parte interessada para, querendo, contestar o pedido no prazo de 15 (quinze) dias (CPC/2015, art. 989, III, e RISTJ, art. 188, III).

Em seguida, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal (RISTJ, arts. 64, XI e XIII, e 190).

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

